

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho n.º 12 458/2007

Por despacho do conselheiro Procurador-Geral da República (no uso da sua competência, que lhe foi delegada pelo conselho superior do Ministério Público) de 10 de Abril, foram renovados por mais um ano, com efeitos a partir de 8 de Maio do corrente ano, os destacamentos que vêm exercendo como auxiliares os seguintes magistrados:

Licenciado Jorge Humberto Gil Moreira do Rosário Teixeira, procurador da República em Lisboa, área de jurisdição criminal;

Licenciado José António Góis Nunes, procurador da República em Lisboa, área de jurisdição criminal;

Licenciada Maria Margarida Ferreira Martins Bordalo Lema, procuradora da República no Porto, área de jurisdição família e menores;

Licenciado Mário Luís Garraz Godinho, procurador da República em Lisboa, área de jurisdição laboral;

Licenciada Ana Maria Fernandes Rendeiro Bernard, procuradora da República em Lisboa, área de jurisdição laboral;

Licenciado João Luís Barrocas Salgado, Procurador-Adjunto na Comarca de Elvas;

Licenciada Ângela de Fátima Sequeira Farinho, procuradora-adjunta em Lisboa, área de jurisdição cível;

Licenciada Isabel Maria de Carvalho Pinto Barreira dos Santos, procuradora-adjunta na Comarca de Ílhavo;

Licenciado Rui Pedro Correia Ramos Marques, procurador-adjunto na Comarca de Sintra.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2007. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes*.

**PARTE E****BANCO DE PORTUGAL****Aviso n.º 11 097/2007**

O Banco de Portugal leva ao conhecimento do público que, a partir de 25 de Junho de 2007, vai colocar em circulação uma moeda de colecção em liga de prata, com o valor facial de € 10, dedicada ao Campeonato do Mundo de Vela Olímpica.

A distribuição desta moeda será efectuada por intermédio das Tesourarias do Banco de Portugal e das instituições de crédito.

As principais características da supracitada moeda foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 22/2007, de 1 de Fevereiro.

6 de Junho de 2007. — Os Administradores: *Vitor Rodrigues Pessoa* — *Manuel Sebastião*.

2611021444

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA**Aviso n.º 11 098/2007**

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, comunica-se que se encontra afixada na vitrina da Secção de Pessoal a lista de antiguidade do pessoal do quadro desta Escola relativa a 31 de Dezembro de 2006, a fim de possibilitar a sua consulta pelos interessados.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do citado decreto-lei, da organização da referida lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

26 de Março de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento*.

Despacho n.º 12 459/2007

Por despacho de 12 de Fevereiro de 2007 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, João Nuno Cruz Costa de Oliveira, técnico superior de 2.ª classe/estagiário do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, foi nomeado definitivamente, após aprovação no estágio, na categoria de técnico superior de 2.ª classe do mesmo quadro de pessoal, considerando-se exonerado do lugar anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento*.

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO**Aviso n.º 11 099/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, de acordo com os Estatutos da Escola Superior de Enfermagem do Porto, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 8/2006, de 17 de Agosto, em face do resultado do acto eleitoral realizado em 6 de Novembro de 2006 e da eleição realizada na primeira assembleia de escola, foram nomeados para integrar o conselho directivo da ESEP, na qualidade de:

Vice-presidente do conselho directivo:

Célia Samarina Vilaça de Brito Santos, professora-coordenadora.
Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva Martins, professora-coordenadora.

Representante do pessoal não docente — Manuel José Teixeira Pereira, assistente administrativo principal.

Representante dos estudantes — João Pedro Carvalho da Purificação Rocha, aluno do curso de licenciatura em Enfermagem.

30 de Abril de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves*.

INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL**Regulamento n.º 123/2007****Norma regulamentar n.º 7/2007-R — Estruturas de governação dos fundos de pensões**

Com o Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 180/2007, de 9 de Maio, para além de se ter transposto, para a ordem jurídica nacional, a Directiva n.º 2003/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Junho, relativa às actividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais, procedeu-se à revisão geral do regime dos fundos de pensões, tendo-se verificado, nalgumas matérias, uma evolução significativa face ao regime anteriormente em vigor, designadamente nas áreas da governação.

A presente norma regulamentar constitui a primeira etapa do amplo processo de consolidação de toda a regulamentação em vigor no sector dos fundos de pensões e aborda as estruturas de governação.

Para além das estruturas de governação dos fundos de pensões já existentes no regime nacional antes da entrada em vigor do decreto-lei acima mencionado, a presente norma regulamentar inclui outras duas importantes estruturas de governação dos fundos de pensões que foram instituídas pela primeira vez pelo Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, e que decorreram da iniciativa do legislador nacional: a comissão de acompanhamento e o provedor.

No que respeita às estruturas de governação já existentes, efectua-se uma revisão das condições a preencher, privilegiando o reforço da